

Construções passiva e impessoal: distinções funcionais

Roberto Gomes Camacho

Universidade Estadual Paulista – São José do Rio Preto

1. Introdução

De um ponto de vista funcional, as construções de voz exercem uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais. Em função dessa complexidade gramatical, a literatura funcional tem preferido definir voz como um domínio multifatorial, tendo por base alguma caracterização prototípica a partir da qual outros tipos de construção ganham contorno próprio. A adoção do princípio de que estruturas linguísticas não são isoladas, mas tendem a apresentar similaridades parciais entre si, tem levado lingüistas de diversas tendências a adotar uma visão escalar e não-discreta da linguagem (cf. Hopper & Thompson, 1980; Shibatani, 1985), ponto de vista que também se aplica a este trabalho.

Ser um conceito multifatorial significa que a voz verbal representa um grande número de valores e de possibilidades correspondentes de expressão que, segundo Givón, (1981; 1994), envolvem três domínios funcionais: (a) topicalidade: atribui-se a função de Tópico a um argumento não-Agente; esse comportamento é oposto da sentença ativa correspondente, em que o Tópico é comumente o Sujeito/Agente; (b) impessoalidade: suprime-se a identidade/presença do argumento Agente, geralmente o Sujeito expresso da sentença ativa; (c) detransitividade: a construção de voz é semanticamente menos 'ativa', menos transitiva, mais estativa que a construção ativa correspondente.

Givón (1994) considera centrais três dimensões semânticas para a compreensão dos conceitos de transitividade/detransitividade, que definem o que ele denomina "evento transitivo prototípico" e, por extensão, a base da voz ativo-transitiva: (a) a oração transitiva prototípica envolve um Agente ativamente iniciador, controlador, volicional que é responsável pelo evento, portanto sua causa saliente; (b) envolve também um Paciente não-controlador, inativo, não-volicional que registra uma mudança de estado, portanto, seu efeito saliente; (c) o verbo codifica um evento compacto, limitado, e real. Como se nota, esse protótipo se deriva do estudo sobre transitividade de Hopper & Thompson (1980); porém a formulação de Givón identifica o essencial nos dez fatores arrolados por aqueles autores para identificar a transitividade mais em termos semânticos que morfossintáticos.

Ao examinar as construções passivas em *ute*, Givón (1981) observa dois fatos morfossintáticos: o Agente é necessariamente ausente e todos os demais participantes (inclusive o novo Tópico) mantêm o mesmo estatuto da ativa. A passiva, que é, ela própria, marcada com um sufixo verbal, preserva a flexão de número do argumento não-expresso, o Agente. Isso significa que o Sujeito/Agente mantém controle sobre a categoria de número e não o cede ao argumento topicalizado da sentença passiva. Além disso, a atribuição da função de Tópico não sofre restrição seletional: argumentos geralmente baixos na Hierarquia de Funções Semânticas (Dik, 1989), como Tempo e Locativo, podem receber a função tópica.

A passiva de línguas, como o inglês, mostra comportamento oposto ao mencionado: além de não preservar sua marca original de caso, o argumento não-Sujeito, não-Agente não é necessariamente suprimido; a categoria de número é controlada pelo novo Tópico; restringe severamente as funções semânticas possíveis do participante da ativa correspondente que pode ser promovido a Sujeito/Tópico da passiva. Em consequência desses traços diferenciadores, o inglês e o *ute* constituem, para Givón, dois pólos de um *continuum* em cujos intervalos se enquadram outras construções. Os parâmetros que fornecem as bases para a construção dessa escala, resultam de categorizações e generalizações (cf. Givón, 1981, p. 168) dos seguintes traços morfossintáticos:

(a) O grau em que as propriedades de marcação de caso presentes no Sujeito/Agente da ativa se aplicam também ao Tópico não-agentivo da passiva (baixo no *ute*, que se comprova na conservação de marcação de caso; alto na passiva do inglês, em que o Sujeito/ Tópico se torna o SN nominativo).

(b) O grau em que a identidade do Sujeito/Agente da ativa está ausente na passiva (completamente ausente no *ute* e facultativa no inglês).

(c) O grau em que a sentença passiva conserva as propriedades semânticas e sintáticas de atividade e transitividade (baixo em inglês, alto em *ute*, em que se conserva a marcação de caso: o Agente ausente mantém controle de número e se preserva, semanticamente, o caráter ativo do evento).

(d) O grau em que é possível atribuir a função de Sujeito/Tópico a argumentos com diferentes funções semânticas (alto em *ute*, em que não ocorrem quaisquer restrições; baixo no inglês, em que somente o Paciente é promovido).

Essas dimensões escalares tipológicas interagem sobre um sistema de interdependências que permite abranger a representação integral das dimensões gramaticais da passiva. As correlações possíveis baseiam-se na relação do primeiro parâmetro (atribuição de Tópico) com os demais (cf. Givón, 1981, p. 169). Assim, quanto menos uma língua atribuir marcação de Agente/Sujeito a Tópico na passiva, tanto mais as sentenças passivas: (i) tenderão a suprimir o Agente da ativa (a-b); (ii) manterão traços transitivos e ativos (a-c); (iii) aceitarão argumentos não-Sujeito não-Agente como seu Tópico (a-d).

2. Objetivos e pressupostos metodológicos

Em sentido amplo, reconhece-se a existência de duas construções principais de voz em português: passiva e impessoal¹. A primeira, também chamada *passiva analítica*, é constituída por auxiliar, em qualquer um de seus tempos verbais, e um particípio passado, seguido ou não de um SP agente. A segunda, também denominada *passiva sintética*, é constituída pela fórmula verbo na 3a. pessoa da forma ativa combinada com o pronome *se*, na chamada *função de apassivador*, que é como tradicionalmente se qualifica o clítico, quando se reporta a um sujeito de 3a. pessoa que, na representação lingüística, não figura como Sujeito ativo.

Nessa construção de voz, o clítico *se* não apresenta relação anafórica, e, por conseguinte, também não correferencial com o SN Sujeito, estando antes em seu lugar; sendo assim, pode ser encarado como um morfema sinalizador de passiva, que a denominação *pronome apassivador*, cunhada pela gramática tradicional, traduz aproximadamente. O efeito semântico mais característico desse tipo de formulação é um caráter desindividualizante ou impessoalizante da entidade prototipicamente agentiva.

Apesar da diferença formal e das diferentes funções discursivas que exercem, as duas construções são teoricamente aproximáveis em virtude de compartilharem esquemas de predicado muito similares. A melhor prova dessa aproximação nos dá a análise estritamente formal da gramática gerativa, que oferece tratamento similar às duas construções nos quadros da chamada hipótese inacusativa, já que o predicador não está habilitado, nessas construções, a atribuir caso acusativo, mesmo que sua configuração mantenha um DP complemento. Tanto a construção passiva quanto a construção impessoal mantêm o argumento paciente, na estrutura subjacente, em posição estrutural de OD e, na forma final, na posição estrutural de sujeito. A diferença mais marcante é que a passiva atribui proeminência sintática ao argumento objeto, o que não se aplica à construção impessoal.

O objetivo deste trabalho é verificar se as construções passiva e impessoal das variedades européia e brasileira do português (doravante PE e PB, respectivamente) correspondem aos dois extremos da escala, embora sejam regidas pelas mesmas restrições semânticas em relação ao tipo de predicador subjacente envolvido. Para examinar as duas construções de voz de uma perspectiva pragmática, tomar-se-á por parâmetro que o principal componente desse fenômeno é a relativa topicalidade do Agente e do Paciente no evento semanticamente transitivo, tal como proposto por Givón (*op.cit.*).

¹ Câmara Jr. se refere ao surgimento, no domínio indo-europeu, de uma voz passiva de forma reflexivo-pronominal que as línguas românicas tornaram impessoal com a integração do sujeito no predicado. "Em português, como em italiano, isso se exprime pela falta de concordância entre o nome e o verbo, que fica invariável no singular" (1972, p. 185). Em função da tendência semanticamente impessoalizadora das construções médias, reserva-se a esse tipo construção de voz, neste trabalho, o rótulo "impessoal", também adotado alhures na literatura funcionalista (cf. Noonan, 1994; Arce-Arenales et al., 1994; Givón, 1994, entre outros). Outros preferem denominá-la em função de suas características formais: assim, Mateus et al. (1983), rotula-a de passiva de *se*, em oposição à passiva de *ser*; Peres & Mória (1999) prefere as designações 'passiva de clítico' e 'passiva participial'.

Também a descrição das gramáticas tradicionais sustenta que construções impessoais são passivas reais em função de ser o argumento único o Sujeito formal: embora posposto, controla a concordância número-pessoal com o verbo. Entretanto, nem todas as construções desse tipo na variedade falada do PB se fazem marcar por *se*, eliminação que, de resto, acompanha a perda de clíticos já atestada no português (cf. Kato & Tarallo, 1986). Além disso, nem sempre, como se sabe, o argumento único do predicador na construção impessoal se comporta como Sujeito real: além de ocupar uma posição destinada ao Objeto, deixa geralmente de conservar a codificação morfossintática que regula o comportamento nominativo desses SNs, com ausência de concordância formal com o verbo. Cria-se, assim, uma espécie de voz ativa impessoalizadora, em que o argumento Paciente não recebe função de Sujeito, cuja posição fica marcada formalmente pela presença do clítico *se*.

A impessoalidade inerente a esses casos, em que o evento é prototipicamente transitivo, estende-se a construções com verbos intransitivos em que nem há argumento paciente para se promover a Sujeito, como em *vive-se bem aqui*. Interessa a este trabalho verificar essa tendência estrutural das construções impessoais, ligando-a a correlações funcionais de ordem semântico-pragmática.

O roteiro de trabalho é empreender uma discussão das duas construções de voz, empregando, sempre que possível, dados extraídos do *corpus* compartilhado do Projeto de Gramática do Português Falado, que consiste numa amostragem do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre². A discussão incluirá também dados do português europeu escrito, extraídos de jornais e revistas que configuram três diferentes grupos de dados: do primeiro grupo, que configura o registro informal, entrevistas, anúncios e receitas; do segundo grupo, que configura o registro intermediário, matéria assinada, carta de leitores e carta de editores; do terceiro grupo, que configura o registro mais formal, editoriais e ensaios. Neste trabalho, os diferentes registros se restringem a entrevistas (E), carta de leitores (CL) e matéria assinada (MA) e editoriais (D), extraídos dos jornais *O Público* e *Diário de Notícias* e das revistas *Adolescentes*, *Quo*, *Pais & Filhos*, *Visão* e *Cláudia*. Predomina uma discussão qualitativa de casos explícitos, iluminada por um conjunto de operações quantitativas ora explícitas, ora apenas implícitas por absoluta falta de espaço.

Inicialmente, faz-se uma análise das condições semânticas que permitem codificar sintaticamente um estado de coisas nas construções passiva e impessoal. Passa-se, em seguida, ao exame, no âmbito das determinações pragmáticas, às diferenças funcionais que as duas configurações estruturais de voz projetam no uso.

² Tal amostragem, que já vem sendo exaustivamente descrita, é composta pelos seguintes inquéritos: Porto Alegre: EF 278, DID 045, D2 291; Rio de Janeiro: EF 379, DID 328, D2 355; São Paulo: EF 337, DID 131, D2 360; Recife: EF 337, DID 131, D2 005; Salvador: EF 049, DID 231, D2 098.

3. Distinções semânticas

A grande maioria das construções passivas e impessoais ocorre com verbos de ação, em cujo esquema de predicado, o argumento A² corresponde a um papel de paciente (Meta e Meta-Experienciador), representado por uma entidade afetada ou efetuada, e o argumento A¹ corresponde a uma entidade agentiva que envolve também os traços humano e controlador. Os exemplos (1a-c) abaixo ilustram esse tipo de esquema de predicado:

- (1) a. *todo seu material bélico foi arrasado?* (EF-RJ-379)
- b. *compra-se mais um título...* (D2-RJ-355:30)
- c. *A falha de inspiração de Santos foi também duramente criticada por Miguel Mendonça.* (MA, T1, L20)
- d. *Para consegui-lo, cunham-se expressões novas* (MA, T7, L35)

Se comparadas as duas variedades, a portuguesa e a brasileira, percebe-se uma distribuição proporcional entre os tipos semânticos de predicadores, cuja ordenação é ação > processo > posição > estado. Há, todavia, algumas diferenças de grau:

- no PB, a frequência de predicadores de ação é maior para os dois tipos de construção de voz: são 86,5% de verbos de ação nas construções impessoais e 92,0% nas construções passivas; a variedade portuguesa registra 64,6% de verbos de ação nas construções impessoais e 84,5%, nas construções passivas.

- A correlação acima mencionada se mantém nas duas variedades, com uma exceção aplicada às sentenças impessoais do PE, que registram as seguintes frequências de uso: ação: 64,6%; > estado: 17,0% > processo: 13,8%; > posição: 5,0%.

- na variedade brasileira falada, não se registra nenhuma construção com verbo de estado, o que ocorre na variedade europeia, conforme se observa em (2a-b) abaixo:

- (2) a. *Não sei se fui desejada ou se acabei por ser um erro de cálculo*
(CL, T14, L10)
- b. *Em Portugal as únicas coisas que se tem são os impostos e a morte.*
(E, T1, L108)

Outras construções envolvem verbos de estado com sujeito experienciador, como *desejar*, *querer*, *saber*. Como a variedade brasileira admite todas essas construções com verbos de estado, é possível atribuir essas divergências de distribuição a diferença de modalidades, a falada, para o PB, e a escrita, para o PE.

A passiva manifesta-se também com predicadores de Posição nas duas variedades, que são semanticamente marcados pelo traço [+controle]. Posição, na visão teórica de Dik (1989), aqui adotada, inclui os verbos de percepção, ou posição mental, como *considerar* e seus similares, contido em (3-a); e verbos que pres-

supõem posicionamento físico de um ser controlador, como *manter, conservar, guardar*, conforme se observa em (3b-c).

- (3) a. *os sindicatos são realmente entidades...que têm... determinados elementos que são considerados como postos...(...) quer dizer que são considerados como elementos chaves* (DID-RE-131: 70-1)
 b. *Tanto pode ser mantida uma atividade sexual intensa, como haver uma interrupção* (MA, T5, L55)
 c. *outros tipos de alimento que podem ser conservados* (DID-POA-044)

O que parece mais intrigante nesses dados é haver incidência de predicadores de processo e de estado, em que a entidade envolvida, não exerce qualquer controle, sendo, antes, afetada pelo evento ou inativa em seu desenvolvimento, conforme o caso.

De um lado, processos implicam, por definição, a atuação involuntária do participante sujeito, afastando-se, portanto, do evento transitivo prototípico. Essa propriedade semântica deveria restringir a formulação de passivas, conforme as que se vêem em (4a-g).

- (4) a. *a relação salário aluguel...já que o assunto foi lembrado aqui...*(D2-RJ-355:213)
 b. *a imagem não foi feita para decorar a caverna ou para ser vista por outras pessoas...certo?* (EF-SP-405: 254)
 c. *Para a mulher, essas alterações podem ser sentidas como enormes* (MA, T5, L13)
 d. *bom... ocorre a guerra e... nada nessa história acontece por acaso... né? se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... econômicas e políticas etc.etc. fizeram com que fosse perdida a guerra...* (EF-RJ-379)
 e. *agora o dinheiro no Brasil nunca foi tão difícil de ser entendido...* (D2-RJ-355)
 f. *Havia um grande desinteresse por parte dos alunos, mesmo que esse processo fosse a única forma de sermos ouvidos.* (E, T2, L152)
 g. *O despacho de Santos foi recebido como uma provocação, tanto pelo presidente do executivo regional como pelo presidente do parlamento madeirense.* (MA, T1, L14)

Todos os predicadores envolvidos são processivos com um sujeito Experienciador. A experiência por que se passa pode ser física, como ocorre com *ver, sentir* e *perder*, ou mental, como ocorre com *entender, perceber, lembrar*. Sobre essas construções, o que se pode dizer é que se desviam do evento transitivo prototípico. Certamente o envolvimento num estado de coisas processivo não acarreta qualquer ato voluntário e intencional da entidade experienciadora.

Vale mencionar aqui exatamente a distinção que Bechara (1999, p. 222) e, antes dele, Câmara Jr. (1972) estabelecem entre passiva e passividade; segundo Câmara Jr., não há, de fato, relação constante e indissolúvel entre os conceitos metafísicos de agente e ação e os conceitos gramaticais de sujeito e verbo na voz ativa. A passividade do sujeito decorre da significação processiva do morfema lexical do predicador e manifesta-se na própria voz ativa. Para Bechara, a passividade pode traduzir-se, além de construção passiva, pela própria ativa, se o verbo manifestar sentido passivo, quando o sujeito receber a ação verbal. Observe-se em (4g) acima, um caso do predicador *receber*, a que a passividade se aplica tanto à construção ativa quanto à passiva.

Também as passivas de estado, aqui restritas ao *corpus* da variedade européia, correspondem, na voz ativa, a configurações cujo predicador se refere a um sujeito inativo, mas necessariamente experienciador. Observem-se os exemplos contidos em (5a-b) abaixo.

- (5) a. *Recentemente afirmou numa entrevista que a partir de agora ia ser mais temido*.(E, T1, L 104)
 b. *Não sei se fui desejada ou se acabei por ser um erro de cálculo* (CL, T14, L14)

De um ponto de vista semântico, os dados examinados parecem reforçar a idéia de que o protótipo da transitividade, entendida nos termos de Givón, realmente se aplica às construções passivas, conclusão a que se chega em vista da alta incidência de predicadores de ação nos dados examinados das duas variedades. Os casos que se afastam pressupõem alguma agentividade, não de transferência física de energia a um paciente, mas agentividade posicional, perceptual ou mental, no esquema de predicado subjacente, o que pressupõe a seguinte hierarquia de acessibilidade ao argumento sujeito da ativa correspondente: agente > (força) > posicionador > experienciador.

Há notícias de que, no PE escrito, o topo da hierarquia é super-dimensionado em detrimento do papel de paciente prototípico: Peres & Mória (1995) mencionam construções estranhas ao PB com predicadores com complementos preposicionados, como *prescindir de*, *embater em*, *participar de* cuja construção passiva trata o complemento preposicionado como verdadeiro paciente, eliminando, concomitantemente a preposição, como se vê em (6) abaixo.

- (6) *O depoimento do ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Lemos Ferreira, foi 'prescindido' pelo advogado de Correia da Cunha (...)* (cf. Peres & Mória, 1995, p. 218)

Outra construção interessante, por eles mencionada, similar a esta que altera a hierarquia de acessibilidade do argumento objeto, refere-se a verbos trivalentiais, como *cobrar*. Os autores mencionam especialmente o exemplo (7):

- (7) *Esta colaboração inter-hoteleira não impede entretanto que os clientes, mesmo conhecidos, sejam cobrados a partir de determinado montante (...)* (cf. Peres & Mória, 1995, p. 223)

Casos como (6) e (7) não se manifestaram no *corpus* do PE nem no do PB aqui examinados. Não deixam de ser, todavia, interessantes, principalmente (7) que manifestaria estrutura similar à de *dative shift* do inglês e colocaria o português na lista das línguas que tem dupla possibilidade de manifestar diferentes perspectivas para a verbalização de um evento a partir do esquema de predicado subjacente: no sujeito e no objeto (cf. Dik, 1989).

Uma boa solução para abrigar todos os casos semânticos de construção de voz, mesmo os que se afastam do evento transitivo prototípico é recorrer a uma proposta mais abrangente que a de Givón. Como as línguas em geral assimilam outros tipos de eventos que não envolvem necessariamente transmissão de energia física, como os prototipicamente transitivos, Kemmer (1994) postula um esquema ainda mais generalizador, para representar o grau em que a elaboração lingüística de um estado de coisas toma por base o ponto de vista de um participante que “inicia” o evento para o de um segundo participante, que é o alvo ou “ponto de chegada”.

A justificativa para o protótipo *Iniciador/Ponto de Chegada* reside no fato de que certos tipos de estados mentais, assim como verbos de percepção, assimilam-se à morfossintaxe transitiva, porque, no entender da autora, são construídos como relações assimétricas em que a entidade cognoscente é o iniciador da atividade mental dirigida a uma segunda entidade com a qual faz o contato perceptual ou mental. Relações *Experienciador/Estímulo*, como as que se acham presentes em eventos estativos, como *amar, saber*, e processivos, como *ver, sentir*, necessitam ser descritas como relações assimétricas paralelas às encontradas no protótipo transitivo. A assimilação ao padrão transitivo sugere, para a autora, que as línguas fazem referência a um ‘esquema’ mental em alguns aspectos ainda mais geral que o conceito de transitividade prototípica desenvolvido por Givón (*op.cit.*).

De um certo modo, é possível creditar a visão tradicional de transitividade ao esquema mental *Iniciador/Ponto de Chegada*, desde que a entidade ativadora do evento tenha algum tipo de participação, ainda que aquém da agentividade prototípica. É justamente essa participação como experienciador de processos e estados e como controlador de posições físicas e mentais, que explica por que um esquema tão generalizador quanto o de *Iniciador/Ponto de Chegada* não permite incluir entre as construções de voz passiva e impessoal predicadores de dois participantes como *medir, ter, possuir, custar*, por exemplo. Mateus et. alii (1983, p. 331) enunciam essa restrição de ordem semântica, mencionando que a forma básica do predicador deve ser um verbo transitivo que não seja estativo-transferencial.

Na construção impessoal, a incidência de outros tipos semânticos de predicadores é mais significativa nos dados do PE do que nos do PB; além disso, aumenta a incidência de predicadores mais distantes da transitividade prototípica. Essas

divergências superficiais não desautorizam a generalização de que se aplicam a essa construção as mesmas condições semânticas que as da passiva.

Acompanha essa correlação o fato de terem os dados do *corpus* manifestado inclusive ocorrências de predicadores de processo, também com papel semântico de experienciador e de posição, que pressupõem entidades controladoras, comuns às construções passivas. As sentenças incluídas em (8a-c) são exemplos representativos de predicação de posição, e as de (8d-e), de processo.

- (8) a. *somente levando em consideração a realidade social... em adequação à lei por exemplo* (EF-RE-337:224)
 b. *porque tem que manter um certo padrão:: e não dá* (D2-SP-360:686)
 c. *alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, não é?* (DID-POA-044: 207)
 d. *e como se vê fogueira o olindense faz fogueira* (D2-RE-05:290)
 e. *se encontra por exemplo hoje...no Japão... quer dizer uma situação DIFERENTE daquele Japão pós-guerra* (EF-RJ-379:340).

O que contraria um pouco a correlação semântica com a construção passiva é o fato de os dados do PE manifestarem uma incidência muito significativa de construções impessoais com predicadores de estado, conforme se observa em (9a-c).

- (9) a. *Afinal, esperam-se respostas para muitas das questões que abordamos aqui.* (E, T6, L99)
 b. *Sabe-se, de igual modo, que um bebê que tenha ouvido certas melodias durante a gestação...* (MA, T6, L85)
 c. *Convém conferir que é mesmo novo porque a tendência de alguns é para julgar que Timor é o caixote do lixo do que se tem mais em casa* (MA, T12, L37)

Não é estranhável que ocorram construções como essa. A sintaxe *verbo + se* serve à função de expressar a propriedade que assume um predicador de não se referir ao sujeito, seja ele explícito ou implícito. Como um domínio funcional amplo, inclui diferentes configurações valenciais, o que permite incluir predicadores monoargumentais, como em *riu-se muito durante a festa, vive-se bem no interior* etc, categorias que podem incluir verbos de atribuição de propriedade, como *ter*. Nesse caso, as construções impessoais expandem suas funções não apenas para além do domínio semântico da transitividade, mas também para além dos participantes que exercem alguma atividade posicional, mental ou perceptual no evento.

Em termos estritamente prototípicos, há uma correlação significativa entre as construções de voz passiva e impessoal: ambas estão fortemente condicionadas pela presença de um verbo de Ação, em detrimento de predicadores de Processo, Posi-

ção e Estado. Se isso é verdadeiro, o que determina a escolha de uma das estruturas alternativas?

Um aspecto semântico importante que deve determinar essa seleção está justamente no domínio funcional da transitividade. A natureza ativo-transitiva do predicador, que se mantém na construção impessoal, alivia a restrição motivada pela necessidade de distinção entre os participantes, própria da passiva. Assim, bloqueiam a construção passiva predicadores de Ação em que o Objeto afetado é parte inalienável da entidade agentiva, como em (10a-b) e (11a-b) e predicacões com verbo suporte, como em (12a-b):

- (10) a. *João lavou-se.*
 b? *João foi lavado por si.*
- (11) a. *João levantou o braço*
 b. *?O braço foi levantado por João.*
- (12) a. *João tomou banho.*
 b. *?Banho foi tomado por João*

O traço caracterizador de um esquema de predicado bivalencial, que constitui o evento transitivo prototípico, representa-se, por definição, na distinção entre dois participantes exercendo papéis semânticos igualmente distintos, que é como se identifica uma relação tipicamente assimétrica (Kemmer, 1994). O evento reflexivo de (10a) evoca dois papéis semânticos separados, mas que convergem para uma única entidade referencial. Já o Agente e a entidade afetada de (11a) representam uma única entidade, uma vez que *braço* representa uma parte inalienável de *João*. Também o predicador e o objeto de (12) representam uma única unidade formal. Assim, (10a-b), (11a-b) e (12a-b) constituem subconjuntos do mesmo fenômeno semântico, isto é, os argumentos representam entidades com grau baixo ou nulo de distintividade. A consequência mais evidente dessa propriedade semântica para a organização sintática é o bloqueio da construção passiva (13b), que não se aplica, no entanto, à construção impessoal:

- (13) a. *levantou-se muito o braço na assembléia para votar tantas propostas.*
 b. *tomou-se banho só de rio durante a pescaria*

Em termos estritamente semânticos, a possibilidade de se construírem passivas e impessoais, seja no PB seja no PE, está associada às mesmas restrições de seleção, mas uma sentença passiva é prototipicamente sensível à promoção de entidades afetadas à posição de Sujeito/Tópico e à detransitividade do predicador verbal, e não necessariamente à impessoalidade do Agente; nesse aspecto, as impessoais

são absolutas: não autorizam a manifestação formal de um SN agentivo. Observem-se as sentenças contidas em (14a-c):

- (14) a. *João quebrou o vidro da janela.*
 b. *O vidro da janela foi quebrado (por João).*
 c. *O vidro da janela (se) quebrou (?por João).*

A prerrogativa especial da passiva de ser capaz de manter o SN agentivo pode ser observada em (15a) e (15b), construções que manifestam explicitamente SNs lexicais que representam uma entidade agentiva, controladora, individuada:

- (15) a. *onde ele estabelece índices salariais...baseados em cálculos que são feitos... se não me engano pela Fundação Getúlio Vargas... (DID-RE-131)*
 b. *A falha de inspiração de Santos foi também duramente criticada por Miguel Mendonça (MA, T1, L23)*

Também os casos de anáfora zero são SNs individuados, claramente identificados no contexto discursivo:

- (16) *então a minha de onze anos... ela supervisiona o trabalho dos cinco... então ela vê se as gavetas estão em orde/... em ordem se o:: material escolar já foi re/arrumado [entenda-se pelos cinco] para o dia seguinte (D2-SP-360)*

Nessa ocorrência, o Tópico discursivo são os cinco filhos da informante, que passa a focar um deles, ou seja, a menina de onze anos. A situação textual deixa claro que o SN agentivo elíptico de *arrumar* se identifica por relação anafórica e correferencial com o SN *os cinco*. Em outro tipo de construção, a referência ao nominal está bem mais próxima:

- (17) *se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... e econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra... [entenda-se pelos países do eixo] (EF-RJ-79)*

A demissão sintática do SP agentivo, embora facultativa, é estatisticamente preferida: 82% (95/116) das construções passivas no PE e 85,5% (218/255) no PB. Há casos de passivas que manifestam entidades genéricas (18a-c) ou, se individuadas, desconhecidas do emissor, (19a) ou se conhecidas, propositalmente não enunciadas por ele (19b), às vezes por serem óbvias demais (19c).

- (18) a. *a ciranda é cantada durante o verão em Olinda (D2-RE-005)*
 b. *E se a linguagem foi inventada fundamentalmente para preencher os silêncios... (MA, T7, L13)*
 c. *As frases feitas ou termos que repetimos com exagero e que, em muitos casos, podem ser substituídos por outras expressões que possuem o mesmo significado. (MA, T7, L13)*
- (19) a. *Angolanos foram impedidos de entrar em território nacional (MA, T3, L7)*
 b. *se a gente lembrar que aquele prédio foi feito para conter (D2-RJ-355)*
 c. *Depois de nascerem [os bebês], muito gostam eles de ser acariciados [pelos pais] ou simplesmente de se sentirem em contacto com o corpo e a pele dos pais. (MA,T6, L106)*

As ocorrências de SNs lexicais plenos representam geralmente entidades genéricas, não-individuadas:

- (20) a. *A infecção urinária é provocada por bactérias que invadem a bexiga por intermédio da uretra (MA, T8, L42)*
 b. *toda parte jurídica do Estado é feita por procuradores do Estado (D2-SP-360)*
 c. *a imagem não foi feita para decorar a caverna... ou para ser vista por outras pessoas (EF-SP-405)*

Em alguns casos, o SN agentivo não-demovido é definido e aparentemente individuado, mas tem uma referência genérica, já que o assunto de que se trata é a constituição jurídica de sindicatos em geral:

- (21) a. *reajuste esse que é... debatido... entre os associados através das chamadas assembléias... que são convocadas pelo seu presidente (DID-RE-131)*
 b. *são entidades sem fins lucrativos... portanto são/têm por obrigação PRESTAR... toda assistência devida... aos seus sindicalizados... recebendo todas aquelas importâncias... que são pagas pelos seus associados e revertendo-as...integralmente em benefício...dos mesmos (DID-RE-131)*

A forma de manifestação dos SNs sintática e pragmaticamente não-demovidos é lexical, zero anafórico e pronome anafórico e, como se esperava, referem-se a entidades humanas. Embora não se tenham considerado os SNs demovidos, uma

rápida inspeção nas ocorrências permite logo observar que consistiriam também em alguma entidade humana, conforme é possível verificar em (22a-b):

- (22) a. *naquelas mensalidades... que são pagas... ao órgão* (DID-RE-131)
 b. *Em 1998, foram identificados como consumidores, traficantes ou consumidores-traficantes 11395 indivíduos.* (MA, T10, L12)

4. Distinções pragmático-discursivas

Para se avaliar, agora, o efeito da acessibilidade anafórica que caracteriza a natureza tópica do Sujeito da passiva, podem-se observar abaixo, em (23a-b) e (24a-b) dois casos típicos de SNs na função de Sujeito/Tópico sob a forma de pronome anafórico e zero anafórico, respectivamente.

- (23) a. *a Arquitetura quando foi prá lá estava do primeiro ao oitavo andar mobiliado... com mobiliário melhor possível... então... o que acontece... quando ela foi sendo comprimida... ela não foi deixando os móveis* (D2-RJ-355)
 b. *De um modo geral, não é preciso inventar a pólvora, ela já foi inventada há muito tempo.* (MA, T12, L77)
- (24) a. *Desejo referir não ser verdade que um tribunal militar especial tenha condenado os implicados a penas de prisão, cumpridas até 25 de novembro, data em que Ø foram libertados* (CL, T6, L4)
 b. *a criança vai ao maternal somente pra brincar.. Ø ser educada Ø ser alfabetizada* (DID-SA-231)

É óbvio dizer que zeros costumam desempenhar o papel de ponto terminal de uma cadeia anafórica, que, muitas vezes, começou com um SN lexical pleno:

- (25) *esse nódulo terá que ser... examinado..Ø terá que ser retirado... Ø terá que ser mandado para a... anatopatologista... para eh::eh::/ para então... ele dizer... se há malignidade ou não nesse nódulo* (EF-SA-049)

A natureza tópica do sujeito da passiva fica de certo modo assegurada na alta frequência de ordenação SV no PE: 93,0% (107/115) aí considerados apenas os SNs nominais. Esse índice é apenas um pouco menos reduzido nos dados do PB: 83,0% (151/182) de ordem SV. Comparada ao argumento único das impessoais, dá-se nas duas variedades uma relação inversamente proporcional no PB: exatamente 83,0% dessas construções de voz mantêm sintaxe VS. Na variedade européia, esses dados se relativizam um pouco: há 67,4% (33/49) de sentenças com argumento único lexical na ordem VS e 32,6% (16/39), de ordem SV.

Os casos de sintaxe VS na construção passiva, um pouco mais numerosos no PB, justificam-se certamente por estarem incluídos em sentenças extraídas de textos falados, cujas condições de produção implicam a presença face a face dos interlocutores. Essa característica implica algumas funções pragmáticas alternativas, além da tópica. Com efeito, em dois casos, o papel da posição pós-verbal é esclarecer a referência de uma entidade que o locutor presume não ter ficado explícita para o interlocutor, o que acontece nos casos de antitópico, um tipo de realização necessariamente oral:

(26) *foram dimensionadas as estradas* (D2-SA-98)

Alguns casos de SNs representados por entidades definidas e referenciais acham-se pospostos em virtude do caráter focal de um outro SN, que é estrategicamente enunciado na primeira posição da predicação, como se observa em (27a-d).

- (27) a. *nós vamos localizar onde foram encontrados esses vestígios* (EF-SP-405)
 b. *como pode ser percebida a vocação de uma pessoa?* (DID-POA-044)
 c. *porque a este setor é confiado todo o levantamento* (DID-RE-131)
 d. *aos sindicatos não é permitido o chamado lucro* (DID-RE-131)

Há casos de construção passiva em que se manifesta uma preferência pela posição pós-verbal para o argumento único do predicador, como se observa em (28).

(28) *enquanto não for estruturado esse projeto não há possibili/ não pode ser feito concurso* (D2-SP-360)

Não se trata de informação nova em (28), já que o SN mantém relação anafórica com algum outro que o antecede, particularmente marcada no determinante do SN grifado da primeira oração. Sendo assim, a preferência pela posposição do sujeito se justifica no fato de a informação focal incidir sobre o próprio predicador e não em seu argumento.

O PE mantém algumas estruturas VS por idênticas razões de ordem pragmática:

- (29) a. *Pois que nas mesmas cortes foi feita a destrição entre províncias portuguesas e espanholas* (CL, T4, L6)
 b. *Nem até ao 25 de novembro foi formulada qualquer acusação contra os suspeitos, que foram mantidos preventivamente na prisão.* (CL, T6, L6)

No exemplos acima, o sujeito em posição pós-verbal não tem nenhuma razão pragmática para assumir posição sintática de destaque no início da sentença: o sujeito da sentença (29a) não tem ligação anafórica com nenhum outro SN anterior; o da sentença (29b) é reiterado apenas na oração seguinte. Já os SPs grifados retomam SNs anteriormente já referidos e, além disso, atribui destaque aos referentes envolvidos.

Nas estruturas impessoais reinam absolutas as entidades inanimadas na posição argumental única. Um bom indício para verificar o estatuto dado/novo desses referentes é seu grau de acessibilidade anafórica. Em 86,0% das sentenças impessoais do *corpus* escrito do PE, os SNs, geralmente em posição pós-verbal, não mantêm relação anafórica com nenhum outro das sentenças precedentes, o que de fato configura um traço de não topicalidade. Nos poucos casos em que essa necessidade pragmática se manifesta, o SN assume a posição pré-verbal, conforme se observa em (30a-c) abaixo.

- (30) a. *E as obras não se fazem sem que Portugal abra as portas a mais 40/50 mil trabalhadores estrangeiros.* (MA, T9, L4)
 b. *Esse exercício pratica-se nos diversos atos de comunicação.* (E, T7, L16)
 c. *Aparentemente a minha adolescência pode considerar-se normal.* (CL, T14, L4)

O argumento único das construções impessoais do PE, apesar da posição pós-verbal predominante, recebe um tratamento explícito de sujeito, pelo menos em nível superficial. Quando a forma de manifestação do argumento único desses predicadores for nominal, há uma distribuição entre SNs singulares e plurais, sem qualquer preferência nítida. Os SNs plurais acionam rigorosamente a concordância número-pessoal com o verbo mesmo nos casos em que há algum auxiliar modal:

- (31) a. *Trata-se do site da Pregnancy Today, uma espécie de revista online sobre a gravidez e o parto, onde se podem ler histórias do parto.* (CL, T11, L22)
 b. *Afinal, esperam-se respostas para muitas das questões que abordamos aqui.* (E, T6, L99)

Examinando, agora, os dados do *corpus* do PB, é possível observar justamente um comportamento oposto ao do PE em relação à topicalidade do argumento único das impessoais: 85,0% (126/148) dos SNs das construções impessoais apresentam ligação anafórica com algum constituinte no texto antecedente, comportamento que caracteriza as entidades representadas por esses SNs como discursivamente dadas.

Essa alta incidência de referentes anaforicamente acessíveis nas construções de voz impessoal do PB se justificaria se pudessem ser subcategorizados como Tópicos; nesse caso o argumento afetado deveria também ser promovido, de um

ponto de vista sintático, à posição de sujeito, como, aliás, é mais ou menos regra geral na passiva.

Entretanto, dificilmente se poderia atribuir aos casos de voz impessoal do *corpus* falado do PB exemplos claros e inequívocos de construção promotora de entidades processadas à posição de sujeito, já que a maioria absoluta delas têm seu argumento único inequivocamente flexionado no singular. Para reforçar esse argumento, verifiquemos como se comportam as sentenças impessoais, cujos argumentos únicos exigiriam, caso fossem interpretados como sujeito, a aplicação de concordância no verbo, o que, de fato ocorre com apenas um caso, o de (32).

- (32) *quer dizer além de chegar ao plano muscular...se retiram os elementos musculares... ou sejam... os peitorais... grandes e pequenos* (EF-SA-049)

Observe-se o cuidado especial do informante com a concordância verbal que o leva a produzir um caso típico de hipercorreção mais adiante, quando usa a locução *ou seja* como se fosse um verbo no plural. Isso pode indicar que somente em situações muito tensas um falante com escolaridade de nível superior, que é como se caracterizam os informantes do NURC, produziria esse tipo de construção em que o argumento único é codificado como Sujeito em função de marca de concordância número-pessoal.

Os demais casos representam todos indícios claros de que o falante não trata o argumento posposto ao verbo como o Sujeito legítimo da sentença. É verdade que alguns deles são construções impessoais não-clíticas, em que a ausência de marca explícita de voz torna mais rara a concordância. As sentenças (33a-c) ilustram alguns desses casos.

- (33) a. *e mistura então os frutos do mar que vêm é polvo, mariscos, as mais variadas espécies* (D2-POA-291)
 b. *então, naquele arroz mexe, quebra dois ovos aí e, e depois então comprime esse arroz num pirex* (D2-POA-291)
 c. *quando aquele queijo fica todo derretido, envolvendo o camarão, aí retira os dois e serve-se* (D2-POA-291)

Já em outros casos, como os de (34a-c), a construção impessoal é inequivocamente assinalada com o marcador clítico. A despeito disso e da relativa formalidade da situação interacional, o SN pluralizado não aciona a concordância.

- (34) a. *não se pode criar assim profissões ou citar(r) profissões que sejam mais importantes ou mais necessárias entende?* (DID-POA-044)
 b. *também se faz a aquelas compras pequenas que.. alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, né?[...] só outros tipos de alimentos que podem ser conservados* (DID-POA-044)

- c. *é o mesmo caso das estradas brasileiras... dimensionou-se... foram dimensionadas as estradas para um tráfego mais leve do que elas estão suportando (EFI-SA-98)*

Interessante é observar que, em (34b), o locutor usa a alternativa impessoal com um SN no plural que, mesmo assim, não acarreta a concordância de número no verbo. Na seqüência, apesar de *alimentos* aparecer em posição pré-verbal controlando a ligação anafórica com o pronome relativo na posição de sujeito, esse SN não é capaz de acionar a regra de concordância com o auxiliar modal *poder*. Na mudança de subtópico que faz em seguida, referindo-se a outros tipos de alimentos, o locutor alterna para a construção passiva numa oração relativa, cujo correferente é de fato um nome no plural. Diferentemente do que ocorre na construção impessoal que acabou de ser enunciada, nesta se aplica rigorosamente a concordância.

Já o enunciador da sentença (34c) introduz um subtópico, *as estradas brasileiras*, faz uma pausa e constrói uma predicação só com o verbo *dimensionar*. O fato de estar o SN que representa o argumento único do predicador sob a forma de um zero anafórico o conduz à não aplicação de concordância; em seguida, ele emprega a construção passiva, mas desta vez, como o locutor de (34b), parece corrigir-se aplicando concordância, a despeito mesmo da posposição do SN, aqui entendido como o sujeito legítimo do verbo. Outros casos acham-se identificados abaixo em (35a-c).

- (35) a. *o que é interessante que até bom que se discuta um pouquinho é a sign. os acessórios secundários, o principal, etcétera alguma dúvida? (EF-POA-278)*
- b. *ainda se usa até hoje em dia... um ou dois... dois tostões... (D2-RJ-355:95)*
- c. *que são as três moedas que se consegue realmente trocar com muita facilidade... (D2-RJ-355:195).*

Em (35a), a ausência de concordância é ambígua, uma vez que pode ter havido uma motivação cognitiva para emitir um SN singular, depois truncado, momento em que o locutor faz uma reparação para manifestar um SN no plural. Presume-se, todavia, que à reparação de um termo do SN poderia seguir-se também a reparação do verbo, caso o informante estivesse plenamente seguro de que se trataria ali de um SN Sujeito e que, como tal, deveria acionar a concordância verbal. A construção (35b) é similar: o SN sofre uma correção que não se aplica simultaneamente ao verbo.

Já (35c) é um caso especial, similar à seqüência de (34b) acima. O SN pluralizado é anaforicamente retomado por um pronome relativo. A posição pré-verbal deveria detonar automaticamente a marcação de pluralidade no verbo, caso o informante introjetasse a idéia de que o argumento único do predicador fosse de fato o Sujeito.

As construções impessoais ainda representam casos de ambigüidade estrutural no português falado do Brasil em função de um mínimo de construções no plural, certamente motivadas pela tradição normativa que rege a modalidade escrita. Esses poucos casos podem ser identificados como construções que promovem sintaticamente o SN semanticamente afetado à posição de Sujeito. Todavia, a preferência estatística por construções impessoais no singular é certamente um indício claro de que se acha subjacente algum tipo de interpretação sintática relevante. Observe-se (36) abaixo um exemplo extraído do poeta João Cabra de Melo Neto:

- (36) *Catar feijão se limita com escrever:/ joga-se os grãos na água do alguardar/ e as palavras na da folha de papel:/ e depois, joga-se fora o que boiar.* (apud Bagno, 2000, p. 142)

Há interpretações, algumas já tradicionais (Said Ali, 1957), outras mais recentes (Bagno, 2000), que conduzem à separação das duas construções; considera-se a impessoal não-padrão, que é desprovida de concordância, como voz ativa indeterminadora do sujeito, cuja marca é o clítico e a impessoal promotora, com verbo no plural concordando com marca idêntica de seu SN único, como um tipo de passiva clítica.

Seguindo esse linha, Nunes (1991, p. 34) atribui duas diferentes configurações estruturais, nos quadros da Gramática Gerativa, para construções como (32) e como (34b), denominadas respectivamente 'construção com *se* apassivador' e 'construção com *se* indeterminador', conforme se observa em (37a-b):

- (37) a. (expl) *retiram-se* θ_e *elementos musculares* θ_i ³
 b. *pro* θ_e *faz-se* θ_0 *aquelas compras* θ_i

Em (37a), o clítico absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo; o SN *elementos musculares*, detentor do papel temático do argumento interno, recebe caso nominativo em cadeia com o expletivo que ocupa a posição de sujeito. Em (37b), ocupa a posição de sujeito um pronome nulo referencial, que é indeterminado pelo clítico; ao SN *aquelas compras*, que preserva o papel temático do argumento interno, é atribuído caso acusativo⁴. Em que pese a diferença de tratamento, os resultados finais parecem equivaler-se.

Retornando ao paradigma funcional, é possível acrescentar que a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação pragmática de constituir um

³ Em sua análise θ_e , θ_i e θ_0 representam papel temático respectivamente reservado ao argumento externo, ao argumento interno e ausência de absorção de papel temático.

⁴ A passiva impessoal, que Nunes denomina 'construção com *se* indeterminador', é, resultado da reanálise de três aspectos: i) o *se* apassivador passa de elemento identificador da estrutura do predicado a participante da relação anafórico-pronominal que se estabelece com o pronome nulo da posição de sujeito; ii) o argumento interno passa de sujeito a objeto do verbo; iii) o expletivo que ocupa a posição de sujeito passa à condição de pronome nulo referencial. (cf. Nunes, *op. cit.*, p. 37).

Tópico, o que não se aplica à impessoal, em que o processo é apresentado em si mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência, a mesma motivação que dá lugar às frases sem sujeito. Esse traço ficou evidente no alto índice de preferência pela construção SV tanto na variedade europeia quanto na brasileira. A própria configuração sintática da construção impessoal, argumento único em posição pós-verbal, é um resultado explícito dessa motivação pragmática; além disso, ela preserva a estrutura predicacional ativo-transitiva. Configurando-se a necessidade de se manifestarem SNs Tópicos, é necessário optar por uma estrutura em que o argumento principal seja sintaticamente promovido a Sujeito e pragmaticamente a Tópico, o que define a construção passiva. Nesse caso, o estatuto semântico detransitivo resultante é secundário em função da determinação pragmática de atribuição tópica, hierarquicamente dominante.

5. Considerações finais

O principal interesse deste trabalho foi estabelecer uma caracterização semântica e pragmática à diversidade morfossintática das construções passiva e impessoal, mediante a combinação dos fatores detransitividade, impessoalidade e topicalidade.

O principal domínio funcional enfocado, o pragmático, permitiu comparar as construções de voz, entendendo-se por 'pragmático', a relativa topicalidade do paciente no evento semanticamente transitivo, no sentido de Cooreman (1985, 1987 *apud* Givon 1994). A definição pragmática das construções de voz aqui focalizadas é a seguinte:

Construções de Voz	Topicalidade relativa
Ativa	AGT > PAC
Passiva	AGT < PAC
Impessoal	AGT << PAC

A ativa define-se pragmaticamente como a construção de voz em que o Agente é mais tópico que o Paciente, que, todavia, ainda retém considerável topicalidade (AGT > PAC). Relativamente a essa norma não-marcada, os dois tipos de construções de voz aqui enfocados podem ser então definidas como:

a. passiva: o Paciente é mais tópico que o Agente, embora este retenha considerável topicalidade, sendo, por isso, facultativo, na medida em que pode ser mantido ou suprimido/demovido (AGT < PAC);

b. impessoal (clítica e não-clítica): o Agente é extremamente não-Tópico, sendo por isso suprimido, mas o Paciente, embora mais Tópico que o Agente, pode ou não adquirir as características de subjetividade (AGT << PAC).

Assim, das duas construções, apenas a passiva promove explicitamente a Sujeito/Tópico o participante afetado e permite reter a entidade agentiva, que se manifesta no interior de um SP. Mesmo que o Agente nem sempre se manifeste,

enunciá-lo depende unicamente do ponto de vista do falante em relação ao evento e não de alguma restrição sintático-semântica. Nesse aspecto, a construção passiva contrasta com a voz impessoal em que o Agente é semanticamente suprimido.

Tendo mostrado a importância da atribuição tópica para a configuração formal dos dois tipos de construção, resta-nos discutir, finalmente, como os três domínios funcionais convergem para produzi-los.

A construção impessoal não é semanticamente detransitiva e o domínio funcional predominante é o da impessoalidade, que, nesse caso, supera o da detransitividade semântica. Ao menos como tendência estatística, a passiva também é, como se viu, marcada pela impessoalidade, cujo indício mais evidente é a impossibilidade de se recuperar a identidade referencial do SN agentivo não manifesto formalmente. De qualquer modo, essa condição não é obrigatória, ficando ao arbítrio do enunciatador selecionar a construção com ou sem SN agentivo, conforme as exigências discursivas.

Quanto à detransitividade, a passiva é uma construção semanticamente estativo-processiva, se comparada ao alto grau de transitividade do predicador da ativa correspondente. A passiva se submete a uma clara tendência pela topicalidade da entidade Paciente promovida a Sujeito, o que se verifica na alta incidência de anteposição de SNs nominativos; alguns casos de posposição são também pragmaticamente motivados.

De um ponto de vista sintático as propriedades de marcação de caso, presentes no Sujeito/Agente da ativa, são automaticamente transpostos para o Tópico não-agentivo da passiva. Como a identidade do Sujeito/Agente pode não estar totalmente suprimida, a modalidade de voz passiva que se pratica no português aproxima-se tipologicamente da do inglês e não da do *ute*, considerando os dois extremos do *continuum* da hipótese explicativa avançada por Givón (1981; 1994). De fato, não é obrigatória a supressão da identidade do Agente, o predicador não mantém traços de transitividade e não é admissível que qualquer argumento não-Sujeito da ativa venha a se constituir como Sujeito/Tópico da passiva.

Na construção impessoal do PB, mais bem caracterizada como não-promotora, as propriedades de marcação de caso, presentes no Sujeito/Agente da ativa, não são transpostos para o Tópico não-agentivo. Na realidade, construções verdadeiramente promotoras estão desaparecendo gradualmente da modalidade falada para restringirem-se à variedade formal escrita, que, conforme se viu, é também regra no PE escrito.

Em razão disso, essa estrutura mantém o traço ativo-transitivo, o que significa aplicar-se a correlação entre os parâmetros (a-c): quanto menos uma língua atribuir marcação de Sujeito/Agente a Tópico, tanto mais a construção de voz mantém traços transitivos e ativos e tende a suprimir o agente da ativa (correlação a-b). Essas propriedades permitem alinhar a impessoal com as construções situadas no extremo da escala que caracteriza a passiva do *ute* e, inclusive, tratar a indeterminadora e a apassivadora, como uma mesma construção.

As construções passiva e impessoal apresentam-se, assim, em distribuição complementar em relação aos traços semânticos e pragmático envolvidos, o que significa também diferentes graus de restrições para a formulação de cada tipo. Para construir um exemplar de voz impessoal, basta indeterminar a entidade controladora do evento, que exerce a função de Sujeito no esquema de predicado subjacente, preservando-se as características ativo-transitivas do verbo. Isso explica a expansão cada vez mais acentuada dessa construção de voz para outros tipos semânticos de verbos, como os estativos. Já a passiva necessita de restrições mais graves: sua detransitivização, em comparação com uma construção ativa, só é possível mediante o recurso a procedimentos morfossintáticos, inserção de auxiliar e predicador participial que a tornam uma construção estativo-processiva.

Referências Bibliográficas

- ARCE-ARENALES, M. *et al.*. Active voice and middle diathesis: a cross-linguistic perspective. In: FOX, B., HOPPER, P.J. *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 1-22, 1994.
- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., MARTINS, A.M.. Construções verbais portuguesas em *-se* médio observadas em textos medievais e em textos contemporâneos. Texto inédito não publicado, s/d.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa* (3ª ed. revista e aumentada). Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1999.
- CAMACHO, R.G.. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I.G.V. (org.) *Gramática do português falado*. V. I: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 253-74, 1996.
- CÂMARA JR., J.M.. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 4ª ed. revista e aumentada, 1972.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- GIVÓN, T. The pragmatics of de-transitive voice: functional and typological aspects of inversion. (Introduction). In:___ (ed.) *Voice and Inversion*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, p. 3-46, 1994.
- Typology and functional domains. *Studies in Language*.v. 5, p. 163-193, 1981.
- HOPPER, P. J., THOMPSON, S.A.. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore), v. 56, n., p. 51-299, 1980.
- KATO, M.A., TARALLO, F. (1986) Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGLI, O. e SILVA-CORVALAN, C. (orgs.) *Studies in romance linguistics*. Dordrecht: Foris.
- KEENAN, E.L. Towards a universal definition of 'subject'. In: LI, Ch. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- KEMMER, S. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: FOX, B., HOPPER, P.J. (Ed) *Voice: form and function*. Amsteram/Philadelphia: John Benjamins, p. 179-230, 1994.
- MATEUS, M.H.M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

- NOONAN, M. A tale of two passives in Irish. In: FOX, B, HOPPER, P.J. *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 279-312, 1994.
- NUNES, J.M. *Se* apassivador e *Se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (Campinas), n. 20, p.33-58, 1991.
- PERES, J.A., MÓIA, T. *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1995.
- SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- SHIBATANI, M. Passives and related constructions. *Language* (Baltimore). v. 61, n. 4, p. 821-48. 1985.